

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE BRIDGE

**Relatório
de Gestão do
Exercício de
2017**

Relatório de Actividades

Balanço

Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais

Anexos:

I – Demonstrações Financeiras

II - Mapa de Gastos e Rendimentos

III - Certificação Legal das Contas

IV - Parecer do Conselho Fiscal

Relatório de Actividades

1 - Introdução

No cumprimento dos preceitos estatutários, a Direcção da Federação Portuguesa de Bridge (FPB) apresenta à Assembleia Geral o Relatório de Actividades e os documentos de prestação de contas, relativos ao exercício de 2017.

2 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1 - Actividade Desportiva

A) Estatutos e Regulamentos Federativos

As alterações aos regulamentos efectuadas em 2017 tiveram por objectivo introduzir pequenas correcções, derivadas da execução prática dos mesmos, ou adaptá-los a novos requisitos provenientes da legislação do sector. Assim, foram alterados o Regulamento de Classificação de Praticantes (RCP), o Regulamento Técnico de Provas (RTP) e o Regulamento de Disciplina e Ética Desportiva (RDED).

B) Campeonatos Nacionais

Em 2017, foram organizadas, directamente pela FPB, as seguintes provas nacionais:

- Campeonato Nacional de Pares Femininos (12 pares)
- Campeonato Nacional de Pares Mistos (44 pares)
- Campeonato Nacional de Equipas de 2as Categorias (10 equipas)
- Campeonato Nacional de Clubes da 1ª Divisão (8 equipas)
- Campeonato Nacional de Equipas Mistas (12 equipas)
- Campeonato Nacional de Equipas Open - Fase Final (8 equipas)
- Campeonato Nacional de Pares Seniores (23 pares)

Foi ainda delegada a organização das seguintes provas nacionais:

- Campeonato Nacional de Pares Open - Fase Final - ABC (21 pares)
- Taça de Portugal - ABM (4 equipas)
- Campeonato Nacional de Clubes da 2ª Divisão (5 equipas)
- Campeonato Nacional de Pares Sub-30 - ABA (9 pares)
- Campeonato Nacional de Pares por Imps - ARBN (32 pares)
- Campeonato Nacional de Pares de Promoção - CBL (10 pares)
- Campeonato Nacional de Pares de 2as Categorias - ARBN (12 pares)
- Campeonato Nacional de Equipas Open - Fase de Apuramento - ARBN (16 equipas)

As provas nacionais organizadas directamente pela FPB realizaram-se no Centro de Bridge de Lisboa (CBL).

Em comparação com o ano anterior, a participação global de equipas nos Campeonatos Nacionais manteve-se estável, tendo-se verificado um ligeiro aumento na participação de praticantes nas provas de pares.

Aos pares e equipas Campeões Nacionais foram atribuídas, respectivamente, medalhas e taças.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2017

C) Selecções Nacionais

A actividade do Núcleo de Alta Competição (NAC) decorreu conforme planeado, com a realização de treinos quinzenais *online*, alguns dos quais contra formações estrangeiras.

Em 2017, realizou-se em Samorín (Eslováquia) a 26ª edição dos Campeonatos Europeus de Equipas Nacionais de Juniores. A Selecção Nacional, capitaneada por João Faria e composta por Carolina Pimenta, José Nuno Moraes, Francisco Pereira Coutinho, Marta Brochado e Luís Corte-Real classificou-se no 25º lugar, em 27 equipas.

D) Grande Prémio de Portugal

A organização do Grande Prémio de Portugal (GPP) de 2017, à semelhança dos últimos anos, foi concessionada a Luís Ahrens Teixeira, tendo a FPB colaborado na divulgação e organização do evento.

O GPP de 2017 realizou-se de 9 a 14 de Maio, no Hotel Inglaterra, no Estoril, tendo contado com a participação de 23 equipas e 51 pares.

A FPB expressa o seu agradecimento às entidades que, com o seu apoio, tornaram possível a realização do GPP, em especial o Banco Português de Investimento - BPI.

E) Arbitragem

No âmbito da formação contínua dos árbitros, o Conselho de Arbitragem (CA) promoveu a realização de um *workshop* de arbitragem, ministrado por Rui Marques, em Janeiro de 2017.

Em Julho de 2017 foi ministrado, pelo Árbitro Nacional Pedro Álvares Ribeiro, um curso de arbitragem, na sequência do qual foram qualificados os seguintes Árbitros de Clube: Miguel Ferreira (2197), Paulo Gordo (2309), Álvaro Machado (3614) e Carlos Figueiredo (3726).

Em coordenação com o Conselho de Arbitragem e as Associações Regionais, foram proporcionados estágios de arbitragem em provas oficiais e particulares a árbitros Regionais e de Clube, tendo em vista a sua valorização técnica e a possibilidade de progredirem na carreira.

F) Nomeações e Prémios

No âmbito da Gala do Desporto da Confederação do Desporto de Portugal, a Direcção da FPB nomeou Personalidade Desportiva do Ano de 2017, o praticante João Pedro Ferreira Figueira de Faria (nº 398), que desde 1990 exerceu as funções de seleccionador e treinador das equipas nacionais de juniores.

G) Desporto Universitário

Na sequência dos contactos desenvolvidos com a Federação Académica do Desporto Universitário (FADU), e com algumas Universidades, foi dado seguimento à integração do Bridge nos Campeonatos Nacionais Universitários. A FPB apoiou logisticamente o Campeonato Nacional Universitário de Bridge, organizado pela Universidade de Aveiro, realizado em 24 de Maio, que contou com a participação de quatro pares.

2.2 - Medidas Estruturantes

A) Divulgação do Bridge

A divulgação do Bridge realizou-se essencialmente através do fornecimento de cartazes, folhetos e outras publicações alusivas à modalidade, aos Clubes e Associações Regionais, e ainda de sessões de promoção da modalidade, em espaços públicos, eventos e conferências.

B) Captação e Fidelização de Praticantes

A Direcção da FPB deu continuidade ao programa de captação e fidelização de praticantes, criado em 2013.

Assim, durante o ano de 2017, inscreveram-se na FPB 121 novos praticantes; 44 praticantes, que no ano anterior não estavam licenciados, reactivaram a licença federativa.

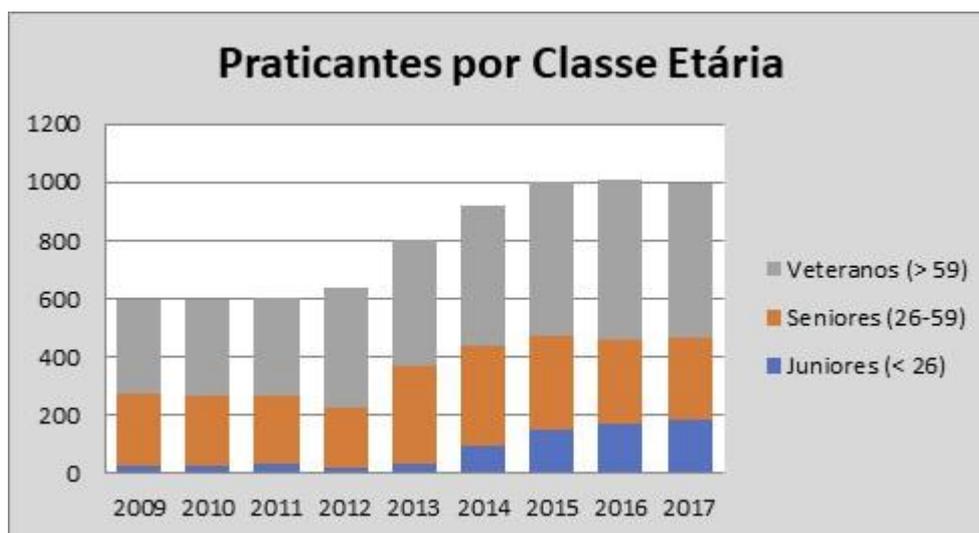
No entanto, em 2017, 181 praticantes que estavam licenciados em 2016, não renovaram a sua inscrição, atingindo-se assim um total de 996 praticantes licenciados, o que representa um ligeiro decréscimo, face ao ano de 2016.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução do número de praticantes federados, ao longo dos últimos 14 anos.



RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2017

Em termos da distribuição dos praticantes federados pelos diferentes escalões etários, ao longo dos últimos quatro anos, tem-se verificado uma estabilidade da proporção dos Veteranos (cerca de 53%) e um aumento da proporção dos Juniores (de 3% em 2012, para 18,7% em 2017).



C) Clubes de Bridge

Em 2017, inscreveram-se na FPB três novos Clubes: o Sem Trunfo - Clube de Bridge de Portugal, com 48 praticantes licenciados, o Real Clube de Campo D. Carlos I, com 8 praticantes licenciados e o Clube de Bridge Corte e Balda, com 11 praticantes licenciados. O Clube de Bridge de Monte Gordo não renovou a sua filiação na FPB.

Globalmente, a FPB passou a contar com 34 Clubes Filiados.

D) Formação

Como tem sido habitual, foram lançados dois programas de apoio financeiro à formação, um destinado a jovens e universitários (P1) e outro destinado a praticantes, árbitros, professores e dirigentes (P2).

No âmbito do Programa P1, os apoios financeiros concedidos totalizaram 5.025,25 euros.

No âmbito do Programa P2, os apoios financeiros concedidos totalizaram 1.993,36 euros.

Ainda no âmbito da formação de árbitros e dirigentes, para além dos cursos de arbitragem referidos no ponto 2.1, o Presidente da FPB frequentou, em Maio de 2017, um curso de formação avançada, sobre o tema "O Regime Jurídico das Federações Desportivas", ministrado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

2.3 - Gestão Administrativa

A gestão administrativa da FPB continuou a beneficiar da transferência da sede, dos serviços administrativos e do armazém para as novas instalações, realizada em 2013.

A gestão dos recursos humanos e materiais da FPB demonstrou que a localização conjunta dos serviços administrativos e do armazém foi uma decisão adequada.

Durante o ano de 2017 foi dada continuidade ao trabalho de organização do acervo documental da FPB e à recolha de livros de Bridge, tendo em vista o enriquecimento da Biblioteca da FPB. A todos os que contribuíram com donativos para esta iniciativa, a Direcção expressa o seu agradecimento.

Foram introduzidas várias alterações e melhoramentos na aplicação de gestão de praticantes.

2.4 - Relação com Filiados e Praticantes

A comunicação com os Clubes, Associações Regionais e Praticantes, federados e não federados, continuou a ser uma preocupação central da Direcção da FPB.

Esta preocupação reflectiu-se nas seguintes medidas:

- a) Publicação de 3 edições do Boletim da FPB, em formato digital;
- b) Utilização da aplicação *Mailchimp* para divulgação dos Campeonatos Nacionais, principais decisões da Direcção e outros factos relevantes da actividade federativa;
- c) Publicação atempada, no portal da FPB, dos resultados dos Campeonatos Nacionais, da actividade do NAC e das decisões de todos os órgãos federativos;
- d) Consolidação e desenvolvimento do novo portal da FPB, em particular com a criação de uma área específica dedicada à regulamentação e procedimentos de Antidopagem.

2.5 - Ética, Justiça e Disciplina

O Prémio Fair Play Engenheiro Soares de Oliveira, destinado a recompensar o praticante que, ao longo de cada época desportiva, se tenha distinguido pelo seu comportamento, nomeadamente pelo conhecimento e respeito pelas regras do jogo, pela relação cordata com adversários, parceiros e árbitros, pela humildade nas vitórias e desportivismo nas derrotas, pelo respeito pelas decisões dos árbitros, e pela pontualidade, foi atribuído ao praticante Nuno Miguel Marques de Sousa (1671).

A actividade do Plano Nacional de Ética no Desporto (PNED), que visa promover os valores inerentes à prática desportiva, entre os quais o Fair Play, foi divulgada através do portal da FPB.

2.6 - Órgãos Sociais da FPB

A) Assembleia Geral

Realizaram-se as seguintes reuniões da Assembleia Geral da FPB:

- Assembleia Geral Ordinária, em 26/03/2017, destinada a aprovar o Relatório e Contas de 2016;
- Assembleia Geral Ordinária, em 29/10/2017, destinada a aprovar o Plano de Actividades e Orçamento para 2018.

B) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal acompanhou mensalmente a execução orçamental e procedeu à elaboração de pareceres relativos ao Relatório e Contas de 2016 e ao Plano de Actividades e Orçamento para 2018.

C) Conselho Técnico

O Conselho Técnico (CT) apreciou e aprovou sete candidaturas a Professor de Bridge, elevando para 25 o número de professores certificados pela FPB.

D) Conselho de Arbitragem

Para além dos aspectos referidos no ponto 2.1 do presente relatório, o Conselho de Arbitragem (CA) procedeu à nomeação dos Directores de Torneio (DT) das provas nacionais. Foi mantido o critério da delegação da competência da nomeação dos DT às Associações Regionais, nos respectivos campeonatos.

E) Conselho de Justiça

Em 2017, o Conselho de Justiça apreciou e deliberou sobre um recurso administrativo.

F) Conselho de Disciplina

No âmbito das suas funções, o Conselho de Disciplina (CD) teve a seguinte actividade:

- Autuação de 16 processos disciplinares;
- Emissão de 13 acórdãos com sanções disciplinares e duas decisões de arquivamento.

2.7 - Relações Institucionais

A FPB participou, através do seu Presidente e de membros da Direcção, em várias reuniões promovidas pela Secretaria de Estado do Desporto e da Juventude (SEDJ), pela Confederação do Desporto de Portugal (CDP) e pelo Comité Olímpico de Portugal.

Foi realizada uma reunião com a Direcção da FADU, tendo em vista a coordenação da actividade federativa da modalidade com o Desporto Universitário.

2.8 - Obituário

A FPB registou, com profundo pesar, o falecimento dos praticantes João Carlos Davim (1504), Luís França Galvão (412), Horácio Franco (1899), Vasco Vieira (2328) e Maria da Luz Afonso (880).

3 - Análise da Actividade e da Posição Financeira

No período de 2017 os resultados espelham a actividade desenvolvida pela FPB.

3.1 - Apresentação

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

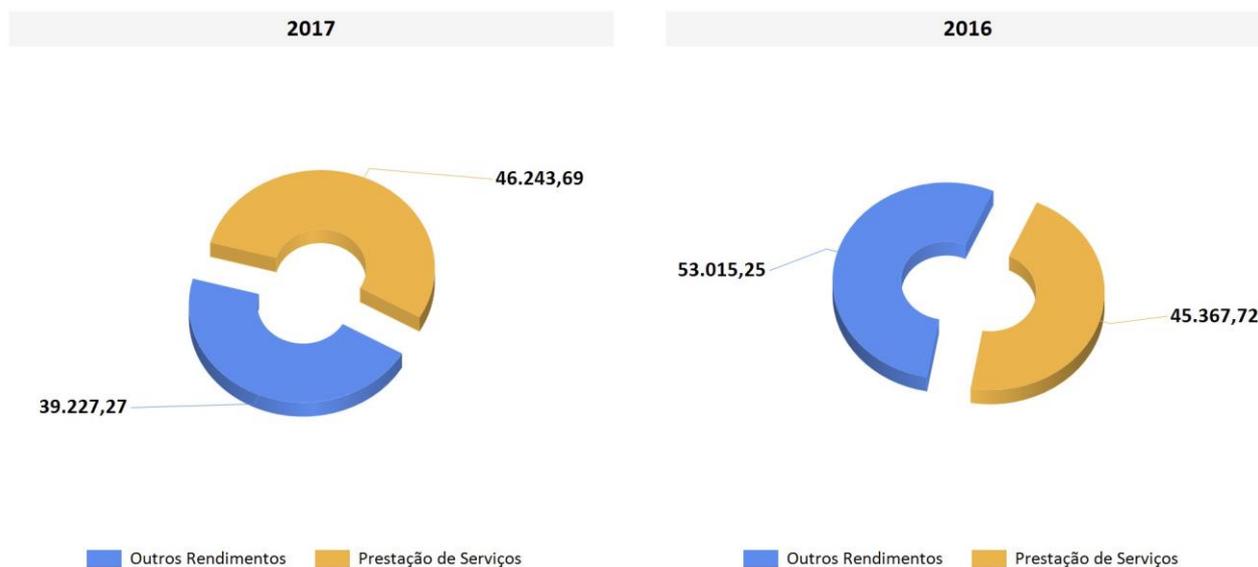
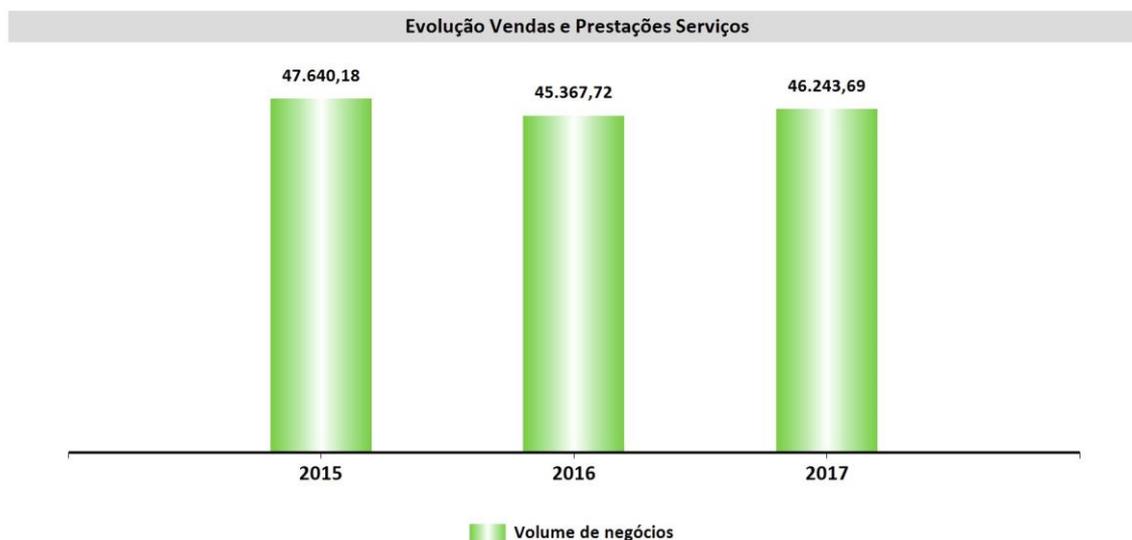
Integram o presente relatório os seguintes documentos:

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração dos Fundos Patrimoniais
- Demonstrações Financeiras (**anexo I**)
- Mapa de gastos e rendimentos (**anexo II**)
- Certificação Legal das Contas (**anexo III**)
- Parecer do Conselho Fiscal (**anexo IV**).

RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2017

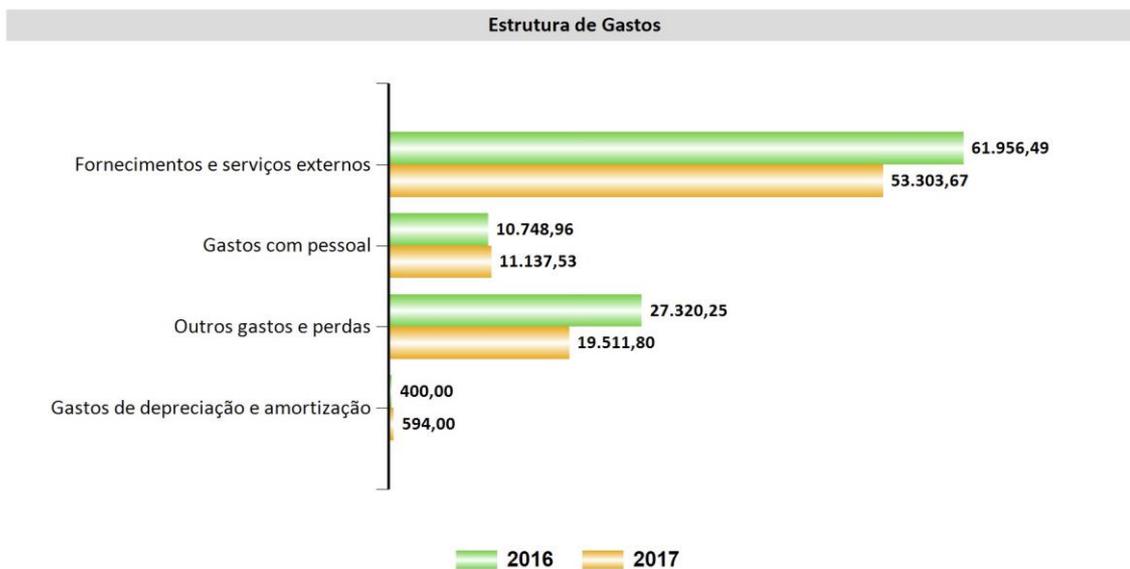
3.2 - Actividade e Posição Financeira

A evolução dos rendimentos bem como a respectiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2017

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da federação:



2017



- Fornecimentos e serviços externos
- Gastos com pessoal
- Gastos de depreciação e amortização
- Outros gastos e perdas

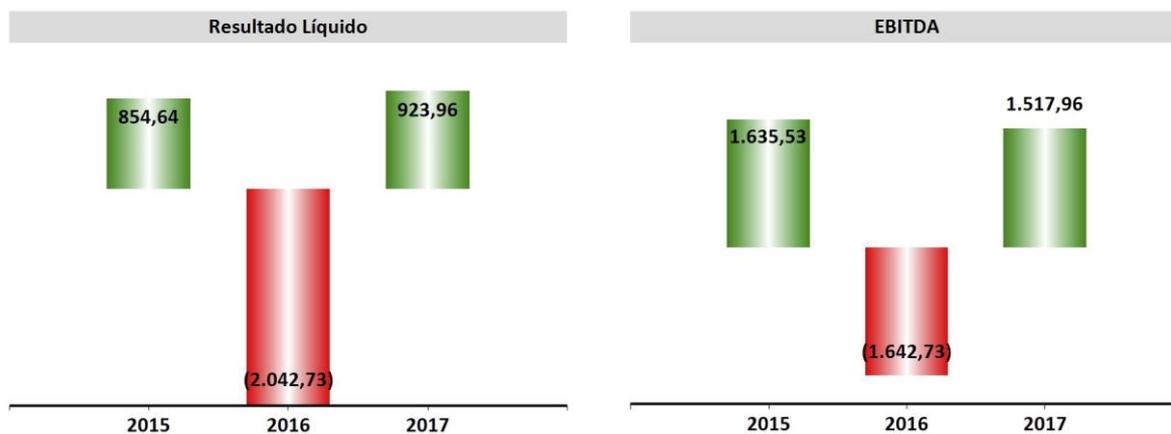
2016



- Fornecimentos e serviços externos
- Gastos com pessoal
- Outros gastos e perdas

RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2017

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a FPB apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2017

Os rácios financeiros traduzem relações entre as contas do Balanço, da Demonstração de Resultados e da Demonstração dos Fluxos de Caixa. São úteis para sintetizar a imensa informação financeira e ajudar à tomada de decisão, sendo que, a partir da utilização de rácios, é possível avaliar a performance e a saúde financeira da federação ao longo de diferentes períodos.

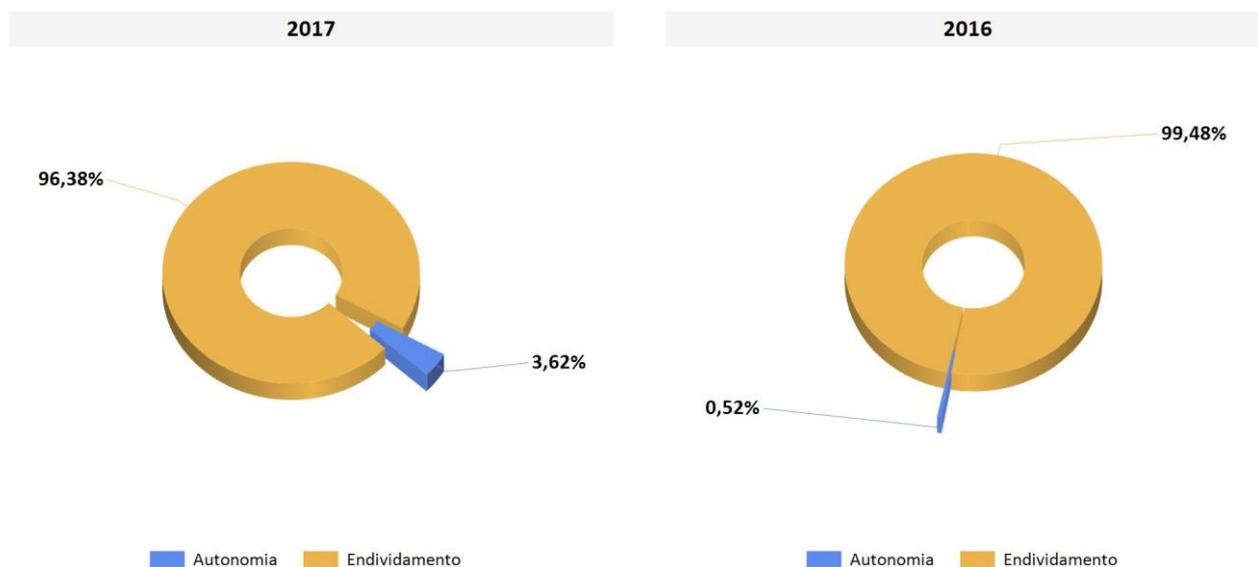
Autonomia Financeira: mostra ao gestor qual a percentagem dos activos que está a ser financiada por fundos patrimoniais. É um dos indicadores mais utilizados na análise financeira. Quanto mais reduzido for o valor obtido por este rácio, maior é a dependência da empresa de fundos alheios. Por exemplo, se o rácio apresentar valores inferiores a 0,2, significa que a federação envolve riscos acrescidos, enquanto valores superiores a 0,5 indicam que o seu risco é baixo e que apresenta solidez financeira.

Autonomia Financeira = Fundos Patrimoniais/Activo

Endividamento: Este rácio compara os fundos em dívida com os detidos pela federação. É a medida da capacidade, da federação, para responder adequadamente às suas obrigações em relação aos seus credores. À medida que o rácio de endividamento se aproxima da relação 1:1, há muito maior equilíbrio de interesses.

Endividamento = Passivo/Activo

Em resultado da sua actividade, a posição financeira da federação apresenta, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2017

O **Rácio de Solvabilidade** é um rácio financeiro que indica a proporção relativa dos activos da federação financiados por fundos patrimoniais versus financiados por fundos alheios. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira da federação. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

Solvabilidade = Fundos Patrimoniais / Passivo

O **Rácio de liquidez geral** é um rácio financeiro que mede a capacidade da federação de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, constituindo por isso um teste de solvabilidade de curto prazo. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado este rácio, maior a solvabilidade de curto prazo da federação, sendo desejável que o rácio ultrapasse pelo menos o valor de 1, significando que a federação tem pelo menos activos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

Liquidez Geral = Activo corrente/Passivo corrente

RUBRICAS	PERIODOS		
	2017	2016	2015
Autonomia	0,04	0,01	0,03
Solvabilidade	0,04	0,01	0,03
Liquidez Geral	1,62	1,46	1,84

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da FPB através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2017		2016	
Activo não corrente	2.558,00	11 %	3.152,00	13 %
Activo corrente	21.175,12	89 %	21.468,71	87 %
Total activo	23.733,12		24.620,71	

RUBRICAS	2017		2016	
Capital Próprio	858,72	4 %	128,76	1 %
Passivo não corrente	9.834,75	41 %	9.834,75	40 %
Passivo corrente	13.039,65	55 %	14.657,20	60 %
Total Capital Próprio e Passivo	23.733,12		24.620,71	

3.3 - Trabalhadores

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respectivo número de efectivos.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2017	2016	2015
Gastos com Pessoal	11.137,53	10.748,96	10.479,54
Nº Médio de Pessoas	1,00	1,00	1,00
Gasto Médio por Pessoa	11.137,53	10.748,96	10.479,54

RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2017

3.4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

Comparativamente com o Orçamento de 2017, aprovado pela Assembleia Geral da FPB, a despesa global ficou 3.707,00 euros abaixo do valor orçamentado e a receita 2.783,04 euros abaixo do valor orçamentado, o que originou um resultado líquido de 923,96 euros no exercício de 2017, incluindo as amortizações.

Propõe-se a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2017
	923,96

Se excluirmos as amortizações, o resultado operacional do exercício ascendeu a 1.517,96 euros.

3.5 - Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Após o termo de exercício e até à presente data, não ocorreram factos relevantes que possam alterar os pressupostos na base dos quais este documento é produzido.

3.6 - Considerações Finais

A Federação Portuguesa de Bridge não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Não foram realizados negócios entre a Direcção e os delegados à Assembleia Geral, nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

A FPB não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pela Direcção assentaram em regras de prudência, pelo que se entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela FPB.

Não existem dívidas em mora perante o sector público estatal, nem perante a Segurança Social.

A 07 de Março de 2018

Pela Direcção



Inocêncio Araújo
(Presidente da FPB)

Balanço

Balço - (modelo para ESNL) em 31-12-2017
(montantes em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
ATIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	2.558,00	3.152,00
		<u>2.558,00</u>	<u>3.152,00</u>
Activo corrente			
Créditos a receber	10	7.991,13	9.488,54
Estado e outros entes públicos	9	3,00	3,00
Diferimentos	10	370,18	731,72
Caixa e depósitos bancários	4	12.810,81	11.245,45
		<u>21.175,12</u>	<u>21.468,71</u>
	Total do activo	<u>23.733,12</u>	<u>24.620,71</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	7.481,97	7.481,97
Resultados transitados	10	(15.166,02)	(13.123,29)
Excedentes de revalorização	10	1.358,00	1.552,00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	10	6.260,81	6.260,81
Resultado líquido do período		923,96	(2.042,73)
	Total dos fundos patrimoniais	<u>858,72</u>	<u>128,76</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	7	9.834,75	9.834,75
		<u>9.834,75</u>	<u>9.834,75</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	10	4.483,65	10.510,37
Estado e outros entes públicos	9	446,60	538,70
Outros passivos correntes	10	8.109,40	3.608,13
		<u>13.039,65</u>	<u>14.657,20</u>
	Total do passivo	<u>22.874,40</u>	<u>24.491,95</u>
	Total dos fundos patrimoniais e do passivo	<u>23.733,12</u>	<u>24.620,71</u>

Demonstração de Resultados por Natureza

Demonstração dos Resultados por Natureza - (modelo
para ESNL) do período findo em 31-12-2017
(montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	6	46.243,69	45.367,72
Subsídios, doações e legados à exploração	8	25.500,00	23.750,00
Fornecimentos e serviços externos	12	(53.303,67)	(61.956,49)
Gastos com o pessoal	11	(11.137,53)	(10.748,96)
Outros rendimentos	6	13.727,27	29.265,25
Outros gastos	12	(19.511,80)	(27.320,25)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.517,96	(1.642,73)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(594,00)	(400,00)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		923,96	(2.042,73)
Resultado antes de impostos		923,96	(2.042,73)
Resultado líquido do período		923,96	(2.042,73)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa - (modelo para
ESNL) do período findo em 31-12-2017
(montantes em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	10	76.457,79	82.002,90
Pagamentos a fornecedores	10	53.659,63	62.956,78
Pagamentos ao pessoal		11.229,63	10.329,95
Caixa gerada pelas operações		11.568,53	8.716,17
Outros recebimentos/pagamentos		(10.003,17)	(8.375,15)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1.565,36	341,02
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>			224,90
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			(224,90)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1.565,36	116,12
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	11.245,45	11.129,33
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	12.810,81	11.245,45

Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2017
(montantes em euros)

DESCRICÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	7.481,97			(13.123,29)	1.552,00	6.260,81	(2.042,73)	128,76		128,76
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(2.042,73)			2.042,73			
	7				(2.042,73)			2.042,73			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							923,96	923,96		923,96
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							923,96	923,96		923,96
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
	10										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	6+7+8+10	7.481,97			(15.166,02)	1.552,00	6.260,81	923,96	1.052,72		1.052,72

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2017
(montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	7.481,97			(13.977,93)		6.260,81	854,64	619,49		619,49
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Excedentes de revalorização						1.552,00			1.552,00		1.552,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					854,64			(854,64)			
	2				854,64	1.552,00		(854,64)	1.552,00		1.552,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							(2.042,73)	(2.042,73)		(2.042,73)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							(490,73)	(490,73)		(490,73)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
	5										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	6=1+2+3+5	7.481,97			(13.123,29)	1.552,00	6.260,81	(2.042,73)	128,76		128,76

Anexo I

Demonstrações

Financeiras

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Federação Portuguesa de Bridge (FPB).

1.2. Sede

Rua Amélia Rey Colaço, nº 46 D, Carnaxide.

1.3. Natureza da actividade

Promoção, desenvolvimento, organização, regulamentação, direcção e difusão do ensino e prática do Bridge.

A FPB encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Carnaxide sob o número 501302115. As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à federação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2017.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da federação, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acrécimo)

A FPB reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A federação não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas**3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou actual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da federação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A federação optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes**Activos fixos tangíveis**

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra.

Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a federação considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento básico	3-8 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos
Outros activos tangíveis	3-8 anos

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a federação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à fase de acabamento relativamente aos serviços prestados.

Benefícios a empregados - estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4 - Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A rubrica de caixa e seus equivalentes detalha-se como segue:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	6,75	1.202,11	1.206,45	2,41
Depósitos à ordem	1.403,95	75.311,51	73.741,81	2.973,65
Outros depósitos bancários	9.834,75			9.834,75
Total	11.245,45	76.513,62	74.948,26	12.810,81

4.2. Comentário da Direcção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

5 - Activos fixos tangíveis
5.1. Divulgações para cada classe de activos tangíveis, conforme quadro seguinte:

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha recta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil.

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início			33.587,35		23.627,02		685,82			57.900,19
Depreciações acumuladas			30.435,35		23.627,02		685,82			54.748,19
Saldo no início do período			3.152,00							3.152,00
Variações do período			(594,00)							(594,00)
Total de aumentos										
Total diminuições			594,00							594,00
Depreciações do período			594,00							594,00
Saldo no fim do período			2.558,00							2.558,00
<i>Valor bruto no fim do período</i>			<i>33.587,35</i>		<i>23.627,02</i>		<i>685,82</i>			<i>57.900,19</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>			<i>31.029,35</i>		<i>23.627,02</i>		<i>685,82</i>			<i>55.342,19</i>

Quadro comparativo (2016):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início			32.035,35		23.627,02		685,82			56.348,19
Depreciações acumuladas			30.035,35		23.627,02		685,82			54.348,19
Saldo no início do período			2.000,00							2.000,00
Variações do período			1.152,00							1.152,00
Total de aumentos			1.552,00							1.552,00
Revalorizações (+)			1.552,00							1.552,00
Total diminuições			400,00							400,00
Depreciações do período			400,00							400,00
Saldo no fim do período			3.152,00							3.152,00
<i>Valor bruto no fim do período</i>			<i>33.587,35</i>		<i>23.627,02</i>		<i>685,82</i>			<i>57.900,19</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>			<i>30.435,35</i>		<i>23.627,02</i>		<i>685,82</i>			<i>54.748,19</i>

ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6 - Rédito
6.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

6.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	46.243,69	45.367,72
Outros réditos	39.227,27	53.015,25
Total	85.470,96	98.382,97

A rubrica de outros réditos encontra-se dividida principalmente em subsídios (25.500 euros, nota 8) e donativos (7.700 euros, nota 6.3).

6.3. Outros Rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é composta de acordo com o quadro abaixo:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2017	2016	2015
Outros Rendimentos	13.727,27	29.265,25	26.316,46
Rendimentos Suplementares	13.503,86	29.265,25	26.316,46
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	29,41		
Outros	194,00		

A rubrica de outros rendimentos corresponde na sua maioria a rendimentos suplementares, que são constituídos na sua maioria por donativos, conforme se detalha:

BPI - 7.700,00 euros

7 - Provisões, passivos contingentes e activos contingentes
7.1. Saldos à data do balanço e movimentos do período de cada classe de provisão, conforme quadro seguinte:

Descrição	Impostos	Garantias clientes	Processos judiciais curso	Ac. Trab. E doenças prof.	Mat. Ambientais	Contratos onerosos	Reestruturação	Outras provisões	Total
MOVIMENTOS DAS PROVISÕES									
Saldo no início do período			9.834,75						9.834,75
Variações no período									
Aumentos do período									
Diminuições do período									
Saldo no fim do período			9.834,75						9.834,75
OUTRAS INFORMAÇÕES									
Passivos contingentes									
Activos contingentes									

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas
8.1. Política contabilística adoptada para os subsídios das entidades públicas

Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Associação cumprirá as condições a elas associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização, os subsídios do Governo relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Os subsídios do Governo relacionados com activos são inicialmente contabilizados nos Fundos Patrimoniais e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do activo caso sejam activos depreciables ou amortizáveis, ou, mantidos no Capital Próprio caso esses activos não sejam depreciables ou não amortizáveis.

8.2. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que directamente se beneficiou:

Os subsídios atribuídos à FPB em 2017 dividem-se da seguinte forma:

IPDJ - 24.000 euros

Câmara Municipal de Coimbra - 1.500 euros

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento									
Para activos fixos tangíveis									
Para activos intangíveis									
Para outras naturezas de activos									
Subsídios à exploração	23.000,00	24.000,00	24.000,00	750,00	1.500,00	1.500,00			
Valor dos reembolsos efectuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total	23.000,00	24.000,00	24.000,00	750,00	1.500,00	1.500,00			

9 - Impostos e contribuições
9.1. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos	3,00	257,50	3,00	356,25
Contribuições para a Segurança Social		189,10		182,45
Total	3,00	446,60	3,00	538,70

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da associação dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direcção da FPB entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a FPB encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

10 - Instrumentos financeiros
10.1. Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

10.2. Categorias de activos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Activos financeiros:			7.991,13		
Clientes e utentes			7.656,22		
Outras contas a receber			334,91		
Passivos financeiros:			12.593,05		
Fornecedores			4.483,65		
Outras contas a pagar			8.109,40		
Ganhos e perdas líquidos:					
Rendimentos e gastos de juros:					

10.3. Diferimentos de gastos a reconhecer

Os diferimentos de gastos a reconhecer apresentam o valor de 370,18 euros.

As principais quantias de gastos a reconhecer:

Nome	Valor
Seguros	107,30
Alojamento	185,35
Aluguer equipamento	47,12

10.4. Fundos patrimoniais

A variação ocorrida, nos anos de 2016 e 2017, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

11 - Benefícios dos empregados**11.1. Gastos com pessoal**

A 31 de Dezembro de 2017 o número de colaboradores era de 1.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para o funcionário.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	11.137,53	10.748,96
Remunerações do pessoal	9.011,36	8.686,96
Encargos sobre as remunerações	1.779,74	1.715,32
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	190,43	190,68
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	156,00	156,00

12 - Outras informações
12.1. Outros Gastos

A rubrica de outros gastos é composta de acordo com o quadro abaixo:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2017	2016	2015
Outros Gastos	19.511,80	27.320,25	25.707,13
Impostos	5,96	6,76	78,07
Correções de Exercícios Anteriores	138,00		15,00
Quotizações	2.059,09	2.054,88	1.924,02
Outros	17.308,75	25.258,61	14.642,38

Os principais gastos incluídos em "outros", discriminam-se da seguinte forma:

Apoios monetários - 6.249,50 euros

Provas Internacionais - 2.980,00 euros

12.2. Discriminação do Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	14.629,15	14.356,54
Trabalhos especializados	6.554,67	6.396,00
Honorários	7.771,20	7.465,87
Conservação e reparação	90,36	282,55
Outros	212,92	212,12
Materiais	1.165,42	595,28
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	825,33	
Material de escritório	340,09	595,28
Energia e fluidos	1.432,75	1.304,16
Eletricidade	964,94	877,61
Água	467,81	426,55
Deslocações, estadas e transportes	20.050,80	27.163,25
Deslocações e estadas	19.465,40	26.586,55
Transportes de pessoal	585,40	576,70
Serviços diversos	16.025,55	18.537,26
Rendas e alugueres	13.041,87	15.633,16
Comunicação	1.707,72	1.397,74
Seguros	1.061,49	1.046,24
Contencioso e notariado		369,91
Limpeza, higiene e conforto	24,68	7,28
Outros serviços	189,79	82,93
Total	53.303,67	61.956,49

13 - Acontecimentos após data de balanço**13.1. Autorização para emissão:**

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;
A Direcção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os associados, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.
Os associados da federação detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

13.2. Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Anexo II

Mapa de Gastos e Rendimentos

ANEXO II – MAPA DE GASTOS E RENDIMENTOS
CONTABILIDADE ANALÍTICA DA FPB - 2017 (GASTOS E PERDAS)

					GASTOS E PERDAS	Orçamento 2017		Realizado 2017	
90					Organização e Gestão da FPB		42 277,50		42 092,38
90	1				Gastos de Organização e Gestão				
90	1	1			Fornecimentos e Serviços				
90	1	1	1		Trabalhos Especializados				
90	1	1	1	1	Contabilidade	5 100,00		5 166,00	
90	1	1	1	2	Revisão e Certificação de Contas	1 230,00		1 230,00	
90	1	1	1	3	Assistência Técnica	440,00		492,18	
90	1	1	2		Honorários	6 624,00		6 624,00	
90	1	1	3		Serviços Bancários	260,00		218,88	
90	1	1	4		Conservação e Reparação das Instalações				
90	1	1	4	1	Limpeza, Higiene e Conforto	100,00		91,47	
90	1	1	4	2	Electricidade	1 000,00		964,94	
90	1	1	4	3	Água	425,00		467,81	
90	1	1	5		Material de Escritório	600,00		290,91	
90	1	1	6		Deslocações e Estadias	336,00		273,95	
90	1	1	7		Transporte do Pessoal	570,00		585,40	
90	1	1	8		Rendas e Alugueres				
90	1	1	8	1	Instalações	9 600,00		9 600,00	
90	1	1	8	2	Equipamentos	633,24		681,87	
90	1	1	9		Despachos e Portes	290,00		223,26	
90	1	1	10		Comunicações	1 000,26		1 019,88	
90	1	1	11		Seguros das instalações	200,00		83,63	
90	1	1	12		Domínio e alojamento portal FPB	205,00		221,43	
90	1	2			Gastos com Pessoal				
90	1	2	1		Remunerações do Pessoal	8 570,00		9 011,36	
90	1	2	2		Encargos Sobre Remunerações	1 640,00		1 779,74	
90	1	2	3		Seguros de Acidentes de Trabalho	200,00		190,43	
90	1	2	4		Segurança e Medicina no Trabalho	156,00		156,00	
90	1	3			Quotizações Nacionais e Internacionais				
90	1	3	1		WBF	778,00		784,00	
90	1	3	2		EBL	940,00		895,09	
90	1	3	3		CDP	380,00		380,00	
90	1	3	4		COP	0,00		0,00	
90	1	4			Deslocação de Delegados à Assembleia Geral	800,00		66,15	
90	1	5			Gastos e Perdas de Financiamento				
90	1	5	1		Juros Suportados	0,00		0,00	
90	1	5	2		Serviços Bancários	0,00		0,00	
90	1	6			Contencioso e Notariado	200,00		0,00	
90	1	7			Impostos	0,00		0,00	
90	1	8			Despesas de Representação	0,00		0,00	
90	1	9			Correcções relativas a períodos anteriores	0,00		0,00	
90	1	10			Gastos de depreciação e amortização	0,00		594,00	
91					Desenvolvimento da Actividade Desportiva		22 176,50		21 367,03
91	1				Gastos do Desenvolvimento da Actividade Desportiva				
91	1	1			Entrega às AR de 25% das taxas licenciamento				
91	1	1	1		Associação Regional de Bridge Lisboa (inclui Sul)	3 325,00		3 477,80	
91	1	1	2		Associação Regional de Bridge Norte	1 125,00		1 260,55	
91	1	1	3		Associação Regional de Bridge Centro	337,50		358,10	
91	1	1	4		Associação Regional de Bridge Madeira	375,00		520,69	
91	1	1	5		Associação Regional de Bridge Açores	150,00		135,00	
91	1	2			Festivais				
91	1	2	1		Grande Prémio de Portugal	4 800,00		2 596,80	
91	1	2	2		Festival Internacional dos Açores	2 500,00		2 500,00	
91	1	2	3		Outros Festivais	0,00		2 102,23	

91	1	3			Provas Nacionais				
91	1	3	1		Arbitragem	1 884,00		1 819,87	
91	1	3	1	1	Honorários			[805,26]	
91	1	3	1	2	Deslocações e Estádias			[1 014,61]	
91	1	3	2		Utilização de Equipamento Informático	150,00		90,00	
91	1	3	3		Aluguer de Salas	2 750,00		2 760,00	
91	1	3	4		Material de Desgaste Rápido	0,00		825,33	
91	1	3	5		Prémios e Troféus	1 280,00		912,12	
91	1	3	6		Deslocações e Estádias	0,00		0,00	
91	1	4			Aquisição de Equipamento Desportivo	1 000,00		522,68	
91	1	5			Divulgação do Bridge	500,00		200,00	
91	1	6			Captação de Novos Praticantes	500,00		115,00	
91	1	7			Fidelização de Praticantes	500,00		55,00	
91	1	8			Seguro dos Praticantes	1 000,00		977,86	
91	1	9			Correcções Relativas a Períodos Anteriores	0,00		138,00	
91	1	10			Gastos de Depreciação e Amortização	0,00		0,00	
92					Formação		9 000,00		7 018,61
92	1				Gastos de Formação				
92	1	1			Bridge Escolar	1 000,00		0,00	
92	1	1	1		Honorários				
92	1	1	2		Deslocações e Estádias				
92	1	1	3		Material Pedagógico				
92	1	2			Jovens e Universitários (P1)	5 000,00		5 025,25	
92	1	2	1		Honorários				
92	1	2	2		Deslocações e Estádias				
92	1	2	3		Material Pedagógico				
92	1	3			Outros Praticantes (P2)	2 000,00		1 310,88	
92	1	3	1		Honorários				
92	1	3	2		Deslocações e Estádias				
92	1	3	3		Material Pedagógico				
92	1	4			Árbitros (P2)	1 000,00		602,47	
92	1	4	1		Honorários				
92	1	4	2		Deslocações e Estádias				
92	1	4	3		Material Pedagógico				
92	1	5			Outros agentes (Professores e Dirigentes - P2)	0,00		80,01	
92	1	5	1		Honorários				
92	1	5	2		Deslocações e Estádias				
92	1	5	3		Material Pedagógico				
93					Seleções Nacionais		14 800,00		14 068,98
93	1				Inscrições				
93	1	1			Seleção Open	0,00		0,00	
93	1	2			Seleção Feminina	0,00		0,00	
93	1	3			Seleção Sénior	0,00		0,00	
93	1	4			Seleção Júnior	1 000,00		1 000,00	
93	2				Deslocações e Estádias				
93	2	1			Seleção Open	0,00		0,00	
93	2	2			Seleção Feminina	0,00		0,00	
93	2	3			Seleção Sénior	0,00		0,00	
93	2	4			Seleção Júnior	3 900,00		7 173,40	
93	3				Preparação				
93	3	1			Aluguer de Salas	520,00		0,00	
93	3	2			Deslocações e Estádias	3 500,00		3 135,58	
93	3	3			Inscrições	5 880,00		2 760,00	
					TOTAL DE GASTOS E PERDAS		88 254,00		84 547,00

ANEXO II – MAPA DE GASTOS E RENDIMENTOS

CONTABILIDADE ANALÍTICA DA FPB - 2017 (RENDIMENTOS E GANHOS)

					RENDIMENTOS E GANHOS	Orçamento 2017		Realizado 2017	
90	2				Rendimentos de Organização e Gestão		38 425,00		37 592,27
90	2	1			Apoios do Estado e Outras Entidades Públicas				
90	2	1	1		IPDJ	9 000,00		6 006,00	
90	2	2			Quotizações				
90	2	2	1		Agrupamentos de Clubes				
90	2	2	1	1	Associação Regional de Bridge Lisboa (inclui Sul)	1 125,00		1 275,00	
90	2	2	1	2	Associação Regional de Bridge Norte	450,00		450,00	
90	2	2	1	3	Associação Regional de Bridge Centro	375,00		450,00	
90	2	2	1	4	Associação Regional de Bridge Madeira	300,00		300,00	
90	2	2	1	5	Associação Regional de Bridge Açores	75,00		75,00	
90	2	2	2		Praticantes				
90	2	2	2	1	Associação Regional de Bridge Lisboa (inclui Sul)	13 300,00		13 911,50	
90	2	2	2	2	Associação Regional de Bridge Norte	4 500,00		5 042,25	
90	2	2	2	3	Associação Regional de Bridge Centro	1 350,00		1 432,50	
90	2	2	2	4	Associação Regional de Bridge Madeira	1 500,00		2 082,75	
90	2	2	2	5	Associação Regional de Bridge Açores	600,00		540,00	
90	2	3			Cedência de Material	1 500,00		1 945,14	
90	2	4			Cedência de Instalações	900,00		900,00	
90	2	5			Duplicação de Jogos e Diagramas	1 250,00		1 538,72	
90	2	6			Apoio às Arbitragens	650,00		1 345,00	
90	2	7			Recuperação de Pontos de Ranking	50,00		75,00	
90	2	8			Donativos	1 500,00		0,00	
90	2	9			Recuperação de Gastos de Contencioso	0,00		0,00	
90	2	10			Correcções Relativas a Períodos Anteriores	0,00		223,41	
91	2				Rendimentos do Desenvolvimento da Actividade Desportiva		45 329,00		34 882,69
91	2	1			Apoios do Estado e Outras Entidades Públicas				
91	2	1	1		IPDJ	10 000,00		4 998,00	
91	2	1	2		Outras Entidades	0,00		1 500,00	
91	2	2			Provas Nacionais				
91	2	2	1		Organizadas pela FPB	7 212,00		6 696,75	
91	2	2	2		Organização Delegada	3 037,00		1 906,64	
91	2	3			Homologações				
91	2	3	1		Festivais	2 800,00		3 136,50	
91	2	3	2		Torneios Particulares	4 000,00		3 428,00	
91	2	3	3		Simultâneos	4 680,00		4 358,40	
91	2	3	4		Provas Regionais Não Isentas	500,00		1 158,40	
91	2	4			Donativos				
91	2	4	1		Grande Prémio de Portugal	9 400,00		4 200,00	
91	2	4	2		Outros	3 700,00		3 500,00	
92	2				Rendimentos da Formação		4 000,00		4 998,00
92	2	1			Apoios do Estado e Outras Entidades Públicas				
92	2	1	1		IPDJ	4 000,00		4 998,00	
92	2	2			Inscrições em Acções de Formação	0,00		0,00	
93	2				Rendimentos das Selecções Nacionais		500,00		7 998,00
93	2	1			Apoios do Estado e Outras Entidades Públicas				
93	2	1	1		IPDJ	0,00		7 998,00	
93	2	2			Donativos	500,00		0,00	
					TOTAL DE RENDIMENTOS E GANHOS		88 254,00		85 470,96

Anexo III

Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Federação Portuguesa de Bridge, que compreendem a o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 23.733 euros e um total dos fundos patrimoniais de 859 euros, incluindo um resultado líquido de 924 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Federação Portuguesa de Bridge, em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Federação nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da direção pelas demonstrações financeiras

O órgão da direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Federação de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Federação de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Federação;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela direção;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pela direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Federação para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Federação descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório da direção com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório da direção

Em nossa opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Federação, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 8 de março de 2018

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 181)
representada por:



Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC nº 929)

Anexo IV

Parecer do Conselho Fiscal